

Educação Financeira e sua possível relação com a inadimplência nacional

Financial Education and its possible relationship
with the national delinquency

La Educación Financiera y su posible relación con la morosidad nacional

Aline Lucchesi Schio¹  

Greice da Silva Lorenzzetti Andreis²  

RESUMO

Diante do cenário de inadimplência nacional e de diferentes pesquisas que apontam a falta de conhecimentos da população sobre Educação Financeira, a presente pesquisa visa verificar a compreensão de estudantes do Ensino Médio acerca desse tema e apresentar possíveis relações com o atual cenário de inadimplência. A pesquisa caracteriza-se como exploratória, com abordagem qualitativa, iniciada a partir de uma pesquisa bibliográfica. Um questionário, com questões socioeconômicas nacionais envolvendo formas de pagamento, inadimplência e salário mínimo foi aplicado em turmas do Ensino Médio de escolas de Caxias do Sul/RS. Verificou-se que, apesar da inclusão da Educação Financeira na Base Nacional Comum Curricular em 2018, os estudantes carecem de compreensão quanto ao tema. Verificando essa falta de entendimento sobre gestão financeira, poupança ou planejamento de despesas, esses jovens tendem a ser incluídos nas negativas estatísticas nacionais.

Palavras-chave: Educação Financeira; Ensino Médio; Inadimplência; Salário mínimo.

ABSTRACT

Given the national delinquency scenario and different studies indicating the lack of Financial Education among the Brazilian population, this research aims to assess high school students' understanding of Financial Education and its possible relationships with the current delinquency rates. The research is characterized as exploratory, with a qualitative and quantitative approach. The study was developed based on bibliographical research and a survey. A questionnaire about national socioeconomic issues such as payment methods, delinquency and minimum wage was applied to high school classes in Caxias do Sul/RS. It was found that, despite the inclusion of Financial Education in the National Common Curricular Base in 2018, students lack understanding of the subject. This limited knowledge about financial management, savings and budgeting suggests that these young individuals are likely to be included in negative national statistics.

Keywords: Financial Education; High School; Default; Minimum Wage.

RESUMEN

Frente al escenario de morosidad nacional y diferentes estudios que señalan la falta de Educación Financiera por la población brasileña, esta investigación tiene como objetivo describir y analizar la comprensión de los estudiantes de secundaria sobre este tema y suposibles relaciones con la morosidad actual. La investigación se caracteriza por ser exploratoria, con enfoque cualitativo y cuantitativo. El estudio se desarrolló con base en investigación bibliográfica y encuesta. Se aplicó un cuestionario con preguntas socioeconómicas de carácter nacional, incluyendo formas de pago, morosidad y salario mínimo, en clases de secundaria de escuelas de Caxias do Sul/RS. Se encontró que, a pesar de la inclusión de la Educación Financiera en la Base Curricular Común Nacional en 2018, los estudiantes carecen de comprensión del tema. Esta falta de comprensión sobre gestión financiera, ahorro o planificación de gastos sugiere que estos jóvenes tienden a ser incluidos en las estadísticas nacionales.

Palabras clave: Educación Financiera; Escuela secundaria; Por defecto; Salario mínimo.

¹ Doutora e mestra em Engenharia e Ciência dos Materiais pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Licenciada em Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Caxias do Sul, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Avelino Antônio de Souza, 1730, bairro Nossa Senhora de Fátima, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil, CEP: 95043-700. E-mail: aline.lucchesi@caxias.ifrs.edu.br.

² Doutora em Engenharia Química e mestra em Matemática Aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Caxias do Sul, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Avelino Antônio de Souza, 1730, bairro Nossa Senhora de Fátima, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil, CEP: 95043-700. E-mail: greice.andreis@caxias.ifrs.edu.br.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em resposta às necessidades históricas impostas pelo segmento econômico mundial, a Matemática Financeira surgiu para auxiliar em questões financeiras e econômicas mais complexas. As tomadas de decisões relacionadas ao dinheiro em função do tempo passaram a ser medidas a partir do uso de fórmulas. Termos como juros, amortização e fluxo de caixa passaram a ser recorrentes no cotidiano da população mundial (BCB, 2013; Cunha, 2020).

Todavia, estudos globais têm revelado que, apesar de ser um tópico presente na vida da maioria da população jovem e adulta, a dificuldade em lidar com as finanças e de manter um orçamento familiar livre de inadimplências é constante. Os dados indicam que, diante do aumento da demanda de diferentes serviços financeiros, os consumidores carecem de decisões condizentes às suas realidades (BCB, 2013; Cunha, 2020). Soares e Dalzone (2024) apontam para o fato de que as gerações atuais têm acesso ao crédito muito antes do que as gerações anteriores, necessitando de um entendimento mais abrangente do que aquele que era exigido em outros tempos.

Diante de dados alarmantes publicados pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), os quais apontaram que quatro a cada dez brasileiros encontravam-se em inadimplência no final de 2023, salienta-se a necessidade, social e econômica, de conhecer, tratar e abordar um tema que está por trás desses fatos, a Educação Financeira. Dados indicam que a inadimplência atinge 67,18 milhões de brasileiros, ou seja, mais de 40% da população nacional (CNDL, 2024). De fato, seja pelo convívio em sociedade ou pelas informações multimídias rotineiras, é possível reconhecer a dificuldade de alguns indivíduos em administrar suas finanças. Santana e Vieira (2023) apontam para algumas das novas tendências e transformações econômicas e sociais como o crescimento da oferta de crédito, o aumento de produtos financeiros, as variações do câmbio e da inflação, a transferência gradual de responsabilidade dos estados para população na gestão de suas previdências, seguros, saúde e educação, o aumento da expectativa de vida e a inovação tecnológica. Todos esses fatores exigem uma maior compreensão sobre Educação Financeira.

Nesse contexto, nos últimos 20 anos, a atenção tem sido voltada à Educação Financeira. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, do inglês *Organization for Economic Co-operation and Development*) é uma organização internacional, composta por 38 países membros, que se apresenta sob o slogan “construir melhores políticas para vidas melhores” e que, em colaboração com governos, desenvolve normas e soluções práticas para diferentes cenários sociais e econômicos. Em 2005, a OECD publicou um documento apontando os princípios e as boas práticas para Educação Financeira, solicitando a governos, instituições financeiras e autoridades públicas sua disseminação, uma vez que reconheceu que os avanços e mudanças do mercado financeiro têm levado famílias a assumirem mais e maiores riscos nesse ramo. Nesse documento, menciona-se que a Educação Financeira deveria ser incorporada na grade curricular de crianças e jovens o mais cedo possível (OECD, 2005, 2024b).

Assim, a presente pesquisa buscou responder à questão: Qual a compreensão dos estudantes do Ensino Médio quanto aos conceitos, aplicações e utilidades da Educação Financeira e quais as possíveis relações dessa compreensão com o cenário de inadimplência nacional? Os participantes da pesquisa foram estudantes do Ensino Médio, em virtude desses estudantes já possuírem, teoricamente, uma formação em Educação Financeira proporcionada durante o Ensino Fundamental, e estarem, em pouco tempo (se já não estão), imersos integralmente na economia de mercado, em uma sociedade capitalista regida pelo consumismo.

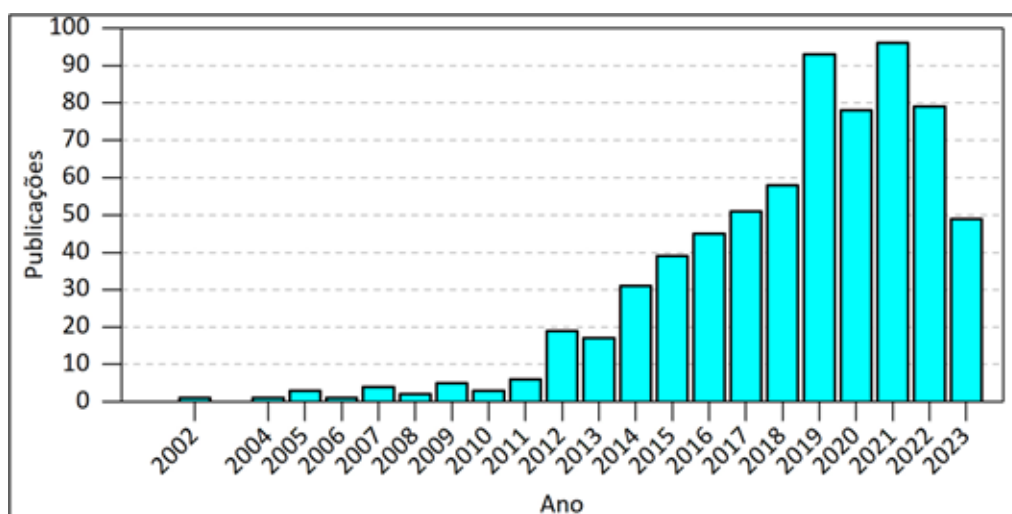
A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA BNCC E OS REFLEXOS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

A BNCC é “[...] um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica [...]” (Brasil, 2018, p. 7). Em 2018, o documento incluiu a Educação Financeira entre os temas transversais a serem incorporados nos currículos nacionais. Segundo o documento, tal tema permite estudos e práticas interdisciplinares e oportuniza, aos estudantes, a familiarização com os conceitos básicos sobre economia e finanças.

Com essa modificação, observou-se um aumento de pesquisas bibliográficas e científicas acerca do tema, em especial na área acadêmica. Diante do cenário de inadimplência atual da nação e o envolvimento e o comprometimento das escolas na formação de cidadãos autônomos e críticos, dezenas de dissertações e teses sobre Educação Financeira vêm sendo desenvolvidas.

Em uma busca de dados no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram encontrados 681 trabalhos abordando o tema Educação Financeira (termo entre aspas, sem especificação do período de produção). Conforme apresentado na Figura 1, observa-se que 90% dessas produções pertencem aos últimos 10 anos, e quase 60% aos últimos 5 anos, época que sucede à inserção do tema de estudo na BNCC. Tal ascensão da temática relaciona-se com as informações e os dados apresentados na seção anterior, que alegam o déficit de conhecimento sobre finanças e consumo consciente por parte da população, gerando as alarmantes estatísticas atuais.

Figura 1 – Número de publicações de teses e dissertações abordando o tema Educação Financeira ao longo dos anos

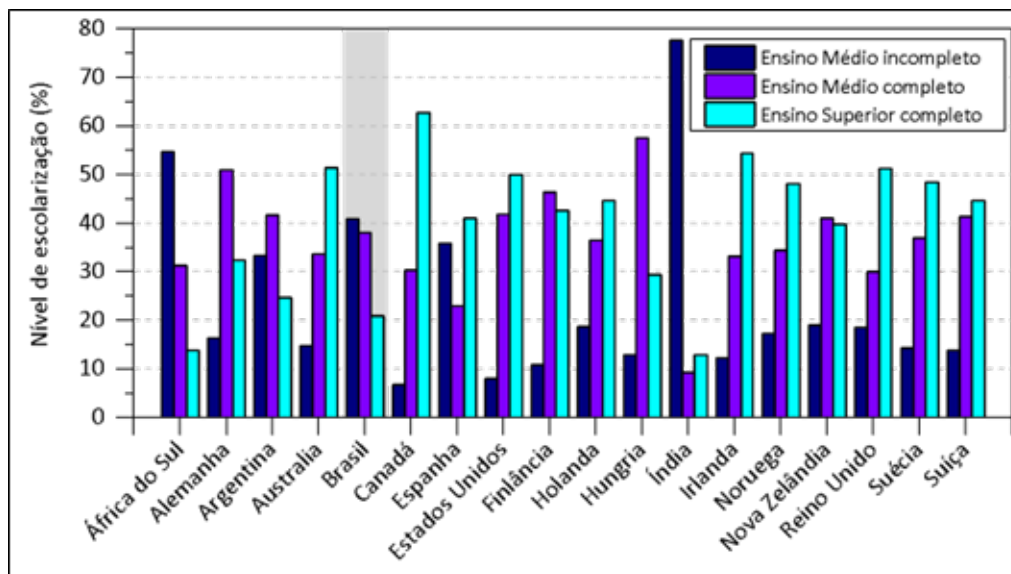


Fonte: Elaboração das autoras a partir da busca pelo termo “Educação Financeira” no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>). Dados coletados em 28 de abril de 2024.

De modo geral, a partir de uma breve leitura dos títulos e das palavras-chaves de algumas obras, verificou-se que muitos trabalhos relatam investigações ou estudos de caso, de modo a analisar estudantes quanto a conceitos que envolvem Educação Financeira. Todavia, também identificou-se que diversos trabalhos convergem para a Matemática Financeira, relatando objetivos e propostas mais relacionadas com cálculos do que com Educação Financeira. Dentre os que abordam exclusivamente a Educação Financeira, diferentes metodologias e práticas são empregadas, desde o uso de questionários e entrevistas, até aulas conceituais e com visão empreendedora. Destaca-se, enfim, que a grande maioria possui em comum a relevância do tema baseada no cenário econômico nacional atual. Segundo Frozza (2023, p. 30), a sociedade brasileira encontra-se “[...] marcada pelo consumismo, maior endividamento da população e aumento da complexidade das decisões financeiras”. Assim, é fomentada a relevância do tema com foco nos jovens em idade escolar. Nesse contexto, faz-se necessário considerar outros dois parâmetros envolvidos no assunto Educação Financeira, a escolarização e o salário mínimo.

EDUCAÇÃO, SALÁRIO MÍNIMO E INADIMPLÊNCIA: SUAS POSSÍVEIS RELAÇÕES

O gráfico da Figura 2 apresenta uma comparação do nível de escolarização nacional (destaque em cinza) e de demais países (OECD, 2024a). Observa-se que, quanto à população sem conclusão da Educação Básica (Ensino Médio incompleto), apenas África do Sul e Índia apresentam porcentagens maiores que o Brasil; enquanto no Canadá e na Finlândia, reconhecidos entre os países com a melhor educação do mundo, mais de 60% e 40% da população, respectivamente, possui formação em nível superior.

Figura 2 – Nível de escolarização de diferentes países

Fonte: Elaboração das autoras utilizando o indicador “Nível de educação de adultos” e filtrando países de diferentes economias e localidades no site da OECD (OCDE, 2024a). Dados coletados em 28 de abril de 2024.

Segundo dados publicados em 2023 pela OECD, o Brasil investe por estudante apenas um terço da média entre os 38 países membros da OECD, ficando em antepenúltimo lugar no ranking de 50 países (OECD, 2023). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, apresentaram que o Brasil contava com 7% da população acima de 15 anos (aproximadamente 11,4 milhões de pessoas) analfabeta (IBGE, 2024).

Além da educação, há outro fator, no âmbito governamental, de suma importância quando o assunto é Educação Financeira, o salário mínimo. O salário mínimo é uma abordagem implementada cujo objetivo é valorizar o poder de compra dos cidadãos e de reduzir desigualdades de renda. Todavia, uma pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), publicada em 2022, apontou que o salário mínimo necessário para suprir as necessidades de uma família de quatro integrantes deveria ser 5,27 vezes maior. Esse valor foi calculado com base no valor do salário mínimo vigente de 2022, que correspondia a R\$ 1.212,00 (CNN Brasil, 2022). Todavia, em 2023, quando o salário mínimo aumentou para R\$ 1.320,00, não era possível adquirir nem duas cestas básicas de alimentos em 11 capitais nacionais (L’Officiel Hommes Brasil, 2023).

Uma estratégia recomendada para organizar e controlar despesas é o método 50-30-20. Nessa proposta, divulgada inclusive pela empresa Serviços de Assessoria S.A. (Serasa), define-se que 50% da renda mensal deve ser destinada aos gastos fixos, ou seja, gastos mensais como aluguel, condomínio, água, energia elétrica, alimentação, educação e saúde. Do restante, 30% da renda deve suprir os gastos variáveis, aqueles que não são essenciais, comumente relacionados ao lazer, como idas ao shopping, assinatura de serviços de streaming, entre outros. Enfim, os 20% restantes são destinados a uma reserva financeira, a qual pode ser para emergências ou para projetos futuros, como uma viagem (Serasa, 2024). De imediato, nota-se o contrassenso de tal abordagem, uma vez que 50% do salário mínimo, ou seja, R\$ 706,00, já é inferior a uma única cesta básica de alimentos de Porto Alegre, por exemplo, que em 2023 custava R\$ 766,53 (Brasil de Fato, 2024).

Esses dados são apresentados para ilustrar e apontar para uma das possíveis justificativas do atual cenário de inadimplência nacional, o qual, segundo dados de 2024, exibe que 4 em cada 10 brasileiros encontram-se em situação de inadimplência (CNDL Brasil, 2024). Vale ressaltar que, em todas essas pesquisas supracitadas, os dados têm considerado o impacto causado pela crise mundial da COVID-19. Deve-se reconhecer que a pandemia trouxe desafios múltiplos na situação financeira dos brasileiros devido ao aumento significativo do desemprego, bem como da insegurança financeira (Silva; Monteiro, 2023).

Segundo uma análise estatística publicada pela Serasa, 35,0% da população inadimplente encontra-se na faixa etária de 40 a 60 anos, enquanto outros 34,2% possuem entre 26 e 40 anos. Nesse estudo, foi avaliado o gênero dos inadimplentes, constatando que do total, 50,4% pertencem ao sexo feminino, ou seja, não há diferença significativa entre os gêneros. Nessa mesma pesquisa, foram avaliadas as origens das principais dívidas, constatando que em primeiro lugar, representando quase 28%, está o cartão de crédito, seguido pelas utilities (contas básicas, como água, energia elétrica e gás) com 24% (Serasa, 2023). Ainda, todos esses fatores se somam ao fato de que, de acordo com Vanderley, Silva e Sissi (2020), o Banco Central expõe o Brasil como um dos países que aplicam as maiores taxas de juros. Tal cenário elucida bastante sobre o cenário de inadimplência nacional atual.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma investigação do tipo exploratória, com abordagem qualitativa, tendo como objetivo principal verificar a compreensão de estudantes do Ensino Médio quanto à Educação Financeira e apresentar possíveis relações com o atual cenário de inadimplência nacional. O estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e de levantamento aplicado a estudantes do Ensino Médio.

Para a pesquisa bibliográfica realizou-se uma busca de documentos no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A busca na base de dados ocorreu em março de 2024. Ao utilizar o termo Educação Financeira (entre aspas e sem especificação do período) foram obtidos 681 resultados, os quais foram refinados para o período dos últimos 5 anos, para selecionar documentos mais atuais, resultando em 395 documentos. Em seguida, aplicou-se o filtro “Área de Conhecimento”, selecionando “Ensino de Ciência e Matemática”, culminando em 96 documentos. A partir dessa etapa, filtrou-se, manualmente, pelos documentos contendo os termos “Educação Financeira” e “Ensino Médio” no título, reduzindo os resultados para 19. Por fim, desses documentos, foram desconsiderados os que abordavam temas como “investimento” ou “empreendedorismo”, e os relacionados com Matemática Financeira, como “progressão aritmética e geométrica” e “juros”. Assim, obteve-se seis documentos, cinco referentes a dissertações de mestrado e um referente a tese de doutorado, listados no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação dos documentos obtidos a partir de refinamento usando a base Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Título do Documento	Cidade/UF de execução da pesquisa	Referência
Educação Financeira no Ensino Médio: Contribuições de uma Experiência Formativa	Santa Maria/RS	Frozza (2023)
Uma Proposta de Educação Financeira no Novo Ensino Médio: Significados Produzidos por Estudantes de uma Escola da Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo	Vitória/ES	Marcarini (2021)
Educação Financeira no Ensino Médio: uma Proposta para as Aulas de Matemática	Passo Fundo/RS	Moraes (2019)
Educação Financeira para Alunos do Ensino Médio: Abordagem Investigativa sobre Aprendizagem em Aulas de Matemática	Vitória/ES	Rocha (2021)
Educação Financeira: Investigação com uma Turma de 1º Ano do Ensino Médio por Meio de Práticas Colaborativas	Vera/MT	Schneider (2019)
Educação Financeira e Educação Socioemocional Integradas no Processo de Ensino e Aprendizagem no Ensino Médio	São Paulo/SP	Silva (2021)

Fonte: Elaboração das autoras (2024).

Após o estudo dessas obras, iniciou-se a análise investigativa. Alinhada ao objetivo desta pesquisa, delimitou-se como participantes da pesquisa exploratória, estudantes da Educação Básica inscritos nos três anos do Ensino Médio. Uma vez que apenas no Ensino Fundamental a Educação Financeira é abordada como habilidade na BNCC, buscou-se verificar se já no 1º ano do Ensino Médio, os estudantes apresentam conhecimentos representativos sobre o tema, e se há avanços com a conclusão da Educação Básica.

Os dados foram coletados por meio de um questionário, o qual foi elaborado e analisado com base no referencial teórico adotado. Essa abordagem possibilitou uma análise sobre os conhecimentos, as aplicações e a utilidade atribuída à Educação Financeira pelos estudantes, bem como sobre as possíveis conexões entre essa percepção e o cenário de inadimplência do país. Para a criação do questionário utilizou-se a plataforma Google Forms. O questionário foi segmentado em 5 seções comportando vinte e duas perguntas fechadas (além do aceite de participação), majoritariamente de múltipla escolha, excetuando duas questões que possibilitavam a escolha de uma ou mais respostas (caixa de seleção), duas questões que possibilitavam a adição de comentários, por parte do entrevistado, quando selecionada a opção/resposta “Outros”, e duas questões discursivas finais.

A primeira seção teve o objetivo de esclarecer o participante quanto ao tema e objetivo do questionário com termo de consentimento livre e esclarecido. A segunda seção contemplou questões vinculadas à caracterização escolar e financeira do estudante. O participante foi questionado quanto à sua idade, ano escolar, se recebe algum dinheiro próprio e/ou tem permissão para gastar o dinheiro dos seus pais e, por fim, se conhece o propósito da Educação Financeira. A terceira seção foi baseada em questões sobre as formas de pagamento e o salário mínimo. As questões dessa seção, bem como as alternativas de múltipla escolha, são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Seção 3 do questionário: Conhecimentos sobre formas de pagamento e demais usos do dinheiro

Enunciado da questão	Alternativas
1. É comum vermos lojas utilizarem os termos à vista e a prazo como meio de atrair clientes. Se um produto está custando R\$ 250,00 à vista ou 3x de R\$ 100,00 a prazo, qual das opções abaixo é a mais vantajosa?	☐ A prazo se o consumidor tiver dinheiro investido com rentabilidade maior que os juros. ☐ À vista se o consumidor tiver dinheiro investido com rentabilidade maior que os juros. ☐ Sempre à vista, para ter o desconto. ☐ Sempre a prazo, para parcelar a dívida.
2. Um casal comprou um carro novo por R\$ 30.000,00. Eles financiaram em 5 anos e perceberam que, no final, gastaram um total de R\$ 50.000,00. De onde seriam os R\$ 20.000,00 a mais?	☐ Juros da loja onde o carro foi comprado. ☐ Juros do banco que financiou o carro. ☐ Dívida por atrasos no pagamento das prestações. ☐ Alta no preço do carro ao longo dos anos.
3. Quando é mais vantajoso comprar a prazo?	☐ Quando não há desconto à vista e nem juros nas prestações. ☐ Quando há desconto à vista e juros nas prestações. ☐ Quando o número de parcelas é alto. ☐ Quando o desconto à vista não é tão vantajoso
4. Dos itens abaixo, qual representa uma desvantagem do pagamento à vista?	☐ Maior desconto. ☐ Quitação da dívida sem juros. ☐ Redução do risco de inadimplência (não cumprir as obrigações de pagamento). ☐ Redução de dinheiro para o mês.
5. O salário mínimo em 2022 era de R\$ 1.212,00. Quantos salários mínimos você acredita que eram necessários, nessa época, para suprir e manter uma família de 4 integrantes?	☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7+
6. Qual a porcentagem do salário que você acredita que PODE ser gasta com despesas fixas (aluguel, condomínio, água, energia elétrica, alimentação, educação e saúde) segundo recomendações?	☐ 70% ☐ 60% ☐ 50% ☐ 40% ☐ 30%
7. Em 2023, o salário mínimo subiu para R\$ 1.320,00. Nesse mesmo ano, a cesta básica de alimentos*, de Porto Alegre, foi considerada a mais cara do país. Qual você acredita que era o valor médio da cesta básica em Porto Alegre? <i>*Produtos da cesta básica: açúcar, arroz, banana, batata, café, carne, farinha de trigo, feijão, leite, manteiga, óleo de soja, pão e tomate.</i>	☐ Até R\$ 500,00. ☐ Entre R\$ 501,00 e R\$ 650,00. ☐ Entre R\$ 651,00 e R\$ 800,00. ☐ Entre R\$ 801,00 e R\$ 1000,00. ☐ Acima de R\$ 1000,00.
8. Em janeiro de 2024, o salário mínimo passou a ser de R\$ 1.412,00. Sendo assim, conhecendo o valor do salário mínimo atual e supondo o valor reservado para as despesas fixas, resta dinheiro para poupar?	☐ Sim ☐ Não ☐ Talvez

Fonte: Elaboração das autoras (2024).

A quarta seção contemplou questões envolvendo a inadimplência, apresentando paralelamente dados nacionais, precitados no presente referencial. Os enunciados e as alternativas de resposta são apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 – Seção 4 do questionário: Inadimplência:
o valor do dinheiro contextualizado no cenário nacional

Enunciado da questão	Alternativas
1. As pessoas se tornam inadimplentes por diferentes motivos. Qual você acredita que é o principal?	☐ Compras compulsivas. ☐ Contas básicas de água, energia elétrica e gás. ☐ Mal uso do cartão de crédito. ☐ Desemprego.
2. Qual o principal vilão para a inadimplência da população atualmente?	☐ Cartão de crédito. ☐ Imposto. ☐ Empréstimo (dinheiro emprestado para o cliente usar como quiser). ☐ Financiamento (dinheiro emprestado para o cliente comprar algo definido em contrato).
3. Você acredita que o maior número de inadimplentes, ou seja, pessoas que possuem dívidas em atraso, está entre que faixa etária?	☐ Até 25 anos. ☐ Entre 26 e 40 anos. ☐ Entre 41 e 60 anos. ☐ Acima dos 60 anos.
4. O que significa estourar o limite do cartão?	☐ Significa que o consumidor precisa aumentar o limite do cartão. ☐ Significa que o consumidor não pode mais usar o cartão para novas compras no mês. ☐ Significa que o consumidor não tem mais dinheiro na conta. ☐ Significa que o consumidor precisa parcelar suas compras.

Fonte: Elaboração das autoras (2024).

Por fim, a quinta e última seção tratou da análise crítica dos estudantes frente ao questionário e suas reflexões. Os participantes foram convidados a responder quanto à dificuldade das perguntas e a descrever seus aprendizados e reflexões.

O questionário foi aplicado em quatro escolas estaduais de Ensino Médio de Caxias do Sul/RS: uma em zona rural e as demais localizadas ao norte, leste e sudoeste do centro da cidade. A seleção das escolas buscou obter uma amostra diversificada representada por diferentes contextos socioeconômicos e geográficos da cidade.

Para a aplicação do questionário, os professores de Matemática das escolas foram convidados a apresentar o questionário a seus estudantes e dispor de, aproximadamente, 20 minutos para sua execução. Mais de 500 estudantes foram convidados a participar da pesquisa, todavia, apenas 177 retornaram com o termo de consentimento livre e esclarecido.

Para preservar a identidade dos participantes, na seção a seguir eles foram numerados de 1 a 177, conforme ordem de preenchimento do questionário. A pesquisa foi aprovada em 30 de agosto de 2024 pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFRS, sob registro 81453424.0.0000.8024 e número de parecer 7.044.355.

ANÁLISES E RESULTADOS

Durante o aprofundamento das teorizações sobre Educação Financeira, diferentes dados de abrangência mundial e nacional foram coletados e inseridos neste documento. Além disso, a revisão bibliográfica permitiu justificar e alinhar as perspectivas e a relevância deste trabalho, enquanto a análise do questionário quanto à compreensão dos estudantes participantes permitiu a identificação de possíveis relações com o cenário de inadimplência nacional.

Resultados da revisão bibliográfica

Dos seis documentos obtidos a partir do refinamento usando a base de dados Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, verificou-se que todos os trabalhos abordam uma metodologia de pesquisa de cunho investigativo qualitativo com propostas similares a do presente trabalho. O Quadro 4 apresenta a instrumentação de pesquisa empregada nesses trabalhos e os respectivos participantes.

Quadro 4 – Metodologia e público-alvo dos trabalhos obtidos do refinamento da base Catálogo de Teses e Dissertações

Referência	Instrumentação empregada	Participantes da pesquisa
Frozza (2023)	Questionário sobre Educação Financeira.	77 estudantes do 1º e 2º ano do Ensino Médio regular.
Marcarini (2021)	Práticas educativas para desenvolver o pensamento analítico sobre questões financeiras.	42 estudantes do 1º ano do Ensino Médio regular.
Moraes (2019)	Questionário antes e após a realização de atividades envolvendo Educação Financeira.	Estudantes de uma turma do 3º ano do Ensino Médio regular (número de estudantes não reportado).
Rocha (2021)	Explicações e atividades em sala de aula, seguido de questionário online dissertativo.	19 estudantes do 2º ano do Ensino Médio Integrado de Administração.
Schneider (2019)	Encontros contemplando rodas de conversa, entrevistas, elaboração de planilhas de despesas e receitas, entre outros.	24 estudantes do 1º ano do Ensino Médio regular.
Silva (2021)	Questionário antes e após a realização de atividades envolvendo Educação Financeira.	26 estudantes do 1º ano do Ensino Médio Integrado de Administração.

Fonte: Elaboração das autoras (2024).

A pesquisa de Frozza (2023) foi baseada na seguinte questão: Como ministrar a disciplina de Educação Financeira para estudantes do Ensino Médio? Foi realizada uma pesquisa de fundamentação teórica para, em seguida, ser realizada a coleta de dados via questionário impresso. O autor observou, pelas respostas, que a maioria dos estudantes não possuía segurança em administrar seu próprio dinheiro e assim, concluiu sua pesquisa apresentando uma proposta de programa da disciplina de Educação Financeira para o 1º e 2º ano do Ensino Médio.

Marcarini (2021) trabalhou com estudantes do 1º ano do Ensino Médio. A autora se baseou no material disponibilizado pela ENEF para o Ensino Médio e desenvolveu quatro atividades práticas, as quais envolveram pesquisas sobre educação financeira realizadas pelos países membros da OECD; análise do filme “Fome de poder” (baseado na história do McDonald’s) que engloba noções básicas de finanças e de economia, preenchimento de formulários e apresentações. O trabalho relatou o envolvimento e o engajamento dos estudantes e a importância desses tipos de atividades no ambiente escolar para combater o “discurso dos agentes do capital, que defendem que a ordem econômica se sobrepõe à saúde e ao bem-estar da população” (Marcarini, 2021, p. 145).

Moraes (2019) aplicou um questionário, antes e após a realização de atividades envolvendo Educação Financeira, para estudantes do 3º ano do Ensino Médio. As atividades desenvolvidas entre os questionários contemplaram rodas de conversa, debates sobre assuntos financeiros, consumo consciente e resolução de problemas. Ao final da pesquisa, a

autora observou a maior autonomia e criticidade dos estudantes quando tratados assuntos financeiros.

No trabalho de Rocha (2021), foi realizada uma investigação sobre o aprendizado em aulas de matemática do 2º ano do Ensino Médio. A proposta do trabalho foi despertar a análise crítica dos estudantes quando o assunto é Educação Financeira, a partir de cinco atividades, as quais envolveram reflexões e atividades práticas sobre o uso do cartão de crédito e o consumo consciente, vídeos explicativos e questionários. A autora alegou que tais atividades foram capazes de “[...] desenvolver habilidades críticas do aluno para que esse tenha autonomia e faça parte de uma sociedade democrática e cidadã” (Rocha, 2021, p. 98).

Schneider (2019) trabalhou, durante 12 encontros com estudantes do 1º ano do Ensino Médio, diferentes atividades, dentre elas rodas de conversa sobre os sonhos de consumo e seus custos, entrevistas abordando consumismo e dinheiro, elaboração de planilhas de despesas e receitas, e abordagem sobre conceitos financeiros (juros, financiamento, entre outros). O autor concluiu que “[...] ao longo do desenvolvimento da proposta pedagógica, os estudantes (re)construíram signos para uma Educação Financeira” (Schneider, 2019, p. 91).

Silva (2021) também trabalhou com estudantes do 1º ano do Ensino Médio. Em seu trabalho, foram abordados diferentes atividades envolvendo Matemática Financeira, Educação Financeira e Educação Socioemocional. Os estudantes responderam um questionário antes e depois dessas atividades, a partir dos quais verificou-se a construção da criticidade e da reflexão dos estudantes quanto a assuntos financeiros. Ademais, a autora relatou que os próprios estudantes manifestaram reconhecer a importância do trabalho realizado.

Assim, de maneira geral, verifica-se que, no âmbito das pesquisas em sala de aula abordando Educação Financeira, diferentes atividades podem promover o interesse e a conscientização dos estudantes. Observa-se também que, embora seja um conteúdo transversal do Ensino Fundamental, estudantes do Ensino Médio ainda carecem de autonomia e de compreensão sobre o tema.

Aplicação do questionário: resultados e discussões

Os estudantes participantes receberam o link para acesso ao questionário, previamente encaminhado aos professores titulares. Estes, foram orientados a solicitar que os estudantes respondentes não utilizassem a internet para qualquer tipo de busca e nem consultassem os colegas. Durante três semanas de aplicação do questionário, duas escolas enfrentaram interrupções no serviço de internet, necessitando o uso de questionários impressos para o preenchimento dos estudantes.

De acordo com os professores responsáveis pela aplicação do questionário, o tempo para preenchimento dos estudantes variou bastante. Houve turmas que concluíram o questionário em 15 minutos, enquanto outras dispenderam até 45 minutos. Também variou o nível de dificuldade encontrado pelos estudantes. Os professores comentaram que alguns estudantes reportaram facilidade em responder as questões, enquanto outros demonstraram extrema dificuldade, inclusive de interpretação das perguntas.

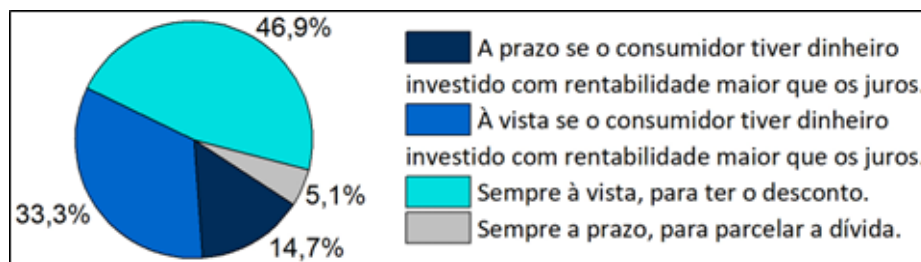
Conforme a coleta de dados (Seção 2 do questionário), a pesquisa contou com 53 estudantes do 1º ano (majoritariamente de 15 e 16 anos), 42 do 2º ano (entre 16 e 17 anos) e 82 do 3º ano (todos acima de 17 anos). Do total, 50 responderam não possuir dinheiro próprio por nenhuma fonte, enquanto os demais, representando mais de 70%, responderam ter algum tipo de renda. Dentre as respostas, a maioria respondeu já trabalhar com carteira assinada, incluindo estudantes de 16 anos do primeiro e segundo ano. Desse modo, faz-se mister reconhecer que a maioria dos estudantes do Ensino Médio, com recursos financeiros próprios, tende a consumir e assim, se integrar ao mercado econômico nacional.

Quanto ao uso do dinheiro dos pais e/ou responsáveis, 60 responderam não ter permissão, enquanto 22 alegaram fazer uso do dinheiro de modo ilimitado, incluindo 4 que necessitam dos pais presentes na hora da compra. Dos restantes, 24 alegam ter permissão com limites e também precisando da presença dos responsáveis. Por fim, 72 responderam ter permissão limitada. Em resumo, embora alguns participantes não tenham fonte de renda ainda, quase todos (92%) já se envolvem em questões econômicas, seja por meio do uso do dinheiro próprio ou do de seus pais e responsáveis. Isso indica que, mesmo sem uma renda fixa, esses indivíduos estão familiarizados com práticas de consumo, refletindo em uma participação econômica.

Na última questão da Seção 2, evidenciou-se que a maioria dos estudantes (quase 80%) reconhece a Educação Financeira como um tema de importância para todos e que engloba a gestão e o investimento do dinheiro. Tal abrangência é de suma importância, pois todo cidadão deve reconhecer que a Educação Financeira não se restringe às classes econômicas mais ou menos favorecidas, mas sim à necessidade de todos de administrar seus recursos de forma consciente e responsável, independentemente de sua renda. Compreender o funcionamento básico das finanças pessoais é essencial para garantir uma vida financeira estável e que permita planejamentos que evitem o endividamento, e claro, a inadimplência, promovendo assim, um bem-estar financeiro.

Adentrando na Seção 3, a primeira questão já apresentou respostas diversas. A resposta correta (1ª alternativa) foi apenas a terceira mais selecionada, com taxa de acerto inferior a 15% (Figura 3).

Figura 3 – Respostas referentes à pergunta “É comum vermos lojas utilizarem os termos à vista e a prazo como meio de atrair clientes. Se um produto está custando R\$ 250,00 à vista ou 3x de R\$ 100,00 a prazo, qual das opções abaixo é a mais vantajosa?”



Fonte: Elaboração das autoras (2024).

Nesse ponto, identificou-se a falta de compreensão quanto às condições de pagamento ofertadas pelo mercado, bem como sobre investimentos. Para acertar essa questão, era necessário reconhecer que quando a loja oferece o parcelamento há incidência de juros, porém, quando o consumidor possui dinheiro investido com uma rentabilidade maior do que os juros embutidos no parcelamento, é mais vantajoso pagar a prazo, pois ele pode manter o dinheiro investido e ainda obter um ganho financeiro. Dos 26 que acertaram, 12 são maiores de idade e encontram-se no 3º ano do Ensino Médio.

Quase 50% dos estudantes consideram correta a 3ª alternativa da questão, porém, o pagamento à vista é a melhor opção quando o desconto oferecido é maior do que a rentabilidade que o consumidor obtém em seus investimentos. O número de respostas entre os anos escolares (1º, 2º e 3º anos) variou entre 24 e 31. Tal resultado evidencia a falta de compreensão quanto a investimentos por parte da maioria dos estudantes, sem distinção entre idade ou ano escolar. Tal constatação revela que a educação formal ainda não está conseguindo consolidar de forma eficaz esses conhecimentos essenciais para a formação de hábitos financeiros saudáveis. Conforme mencionado no referencial, a ausência de uma base sólida sobre como poupar, investir e planejar financeiramente pode resultar em adultos que enfrentam dificuldades para gerir seus recursos, impactando negativamente nos números de inadimplência e claro, em suas vidas (CNDL Brasil, 2024; Silva; Monteiro, 2023).

Na segunda pergunta, questionados quanto à origem de um significativo montante além do valor do produto, no caso um carro, decorridos 5 anos de pagamento, quase 80% dos estudantes respondeu corretamente, que os juros advêm do banco que financiou o carro. Verifica-se, assim, que a maioria dos respondentes compreende que esses juros são aplicados pelo banco ou instituição financeira que concedeu o financiamento, não pela loja nem devido à alta no preço do carro ou ao atraso nas prestações. Tal compreensão é fundamental para a vida financeira de todo cidadão, pois conhecer o valor dos juros permite que o tomador de crédito saiba o custo total do financiamento para auxiliar no seu planejamento financeiro, bem como comparar as ofertas do mercado. Todavia, vale ressaltar que entre os estudantes que responderam incorretamente, a metade estava no 3º ano do Ensino Médio.

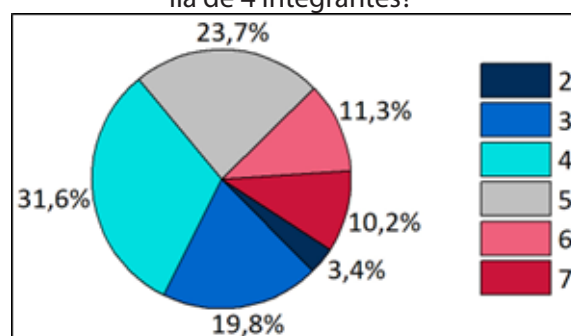
Na sequência, com outra questão envolvendo formas de pagamento, mas sem mencionar rendimento de investimentos, 78% dos estudantes respondentes mostraram compreender que a vantagem de compras a prazo é garantida quando não há desconto no pagamento à vista e nem juros nas prestações, independente do consumidor possuir ou não investimento. Compreendendo isso, os participantes afirmam reconhecer um meio de preservação do capital para melhor controle financeiro mediante o aproveitamento de oportunidades ofertadas pelo mercado. Tais fatores, quando aplicados, contribuem na promoção de uma vida financeira saudável.

Questionados quanto à desvantagem do pagamento à vista (questão 4), apesar do elevado número de acertos (acima de 67%), um professor relatou a inconformidade de muitos estudantes frente a essa questão, por não entenderem como poderia haver desvantagem no pagamento à vista. A partir desse relato, nota-se uma relativa inocência quanto ao tema, pois para que um consumidor realize todos seus pagamentos à vista, sendo entendido este como o método de pagamento “sem desvantagens”, é necessário que o mesmo

possua uma renda maior ou igual a seus custos e que não haja imprevistos financeiros no mês. Nessa questão, também vale observar a falta de compreensão da pergunta, a qual solicitou uma desvantagem, e mesmo assim, quase 33% dos estudantes selecionou uma opção abordando um fator positivo, como “maior desconto”, “quitação da dívida sem juros” e “redução do risco de inadimplência”. Não houve distinção no número de respostas entre os anos escolares.

Apresentados ao valor do salário mínimo vigente no ano de 2022 na quinta questão, 99 estudantes, metade estando no 3º ano, responderam que 4 ou 5 salários mínimos seriam necessários, nessa época, para suprir e manter uma família de quatro membros (Figura 4). O valor exato, de acordo com DIEESE (2024b), seria de 5,27, então, considerando os outros 21,5% que responderam ser necessário a partir de 6 salários mínimos, a maioria dos respondentes apresentou coerência e compreensão. Uma pesquisa publicada pelo Correio Popular (Monteiro, 2024) destacou que contas de serviços essenciais, como água, energia elétrica e gás, comprometem 40% do orçamento de 11% dos consumidores. O estudo, realizado pela Serasa em parceria com o Instituto Opinion Box, apontou que essas despesas são a segunda principal causa de inadimplência, ficando atrás apenas das dívidas com cartões de crédito. A pesquisa revelou ainda que, em 63% das famílias, apenas um membro é responsável pelo pagamento dessas contas (Monteiro, 2024).

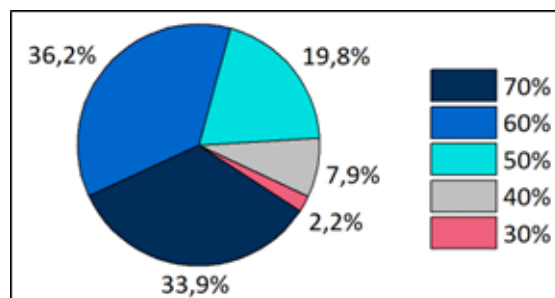
Figura 4 – Respostas referentes à pergunta “O salário mínimo em 2022 era de R\$ 1.212,00. Quantos salários mínimos você acredita que eram necessários, nessa época, para suprir e manter uma família de 4 integrantes?”



Fonte: Elaboração das autoras (2024).

Quanto à questão que solicitava a porcentagem do salário que eles acreditavam poder ser gasta com despesas fixas segundo recomendações, a maioria selecionou opções a partir de 60% (Figura 5). Apesar de incorreta, pois a recomendação, segundo a Serasa (2024), define que 50% da renda mensal deve ser destinada aos gastos fixos, as respostas dos estudantes são mais condizentes com a realidade, não particular, mas generalizada na sociedade brasileira, pois uma única cesta básica de alimentos já consome essa fração. Assim, para englobar aluguel e as contas básicas de água, energia elétrica e gás, o percentual dos gastos destinados às despesas fixas tende a ser superior a 50% para as famílias que recebem apenas o salário mínimo. Felizmente, entre os estudantes do 3º ano, mais de 85% selecionou opções a partir de 50%.

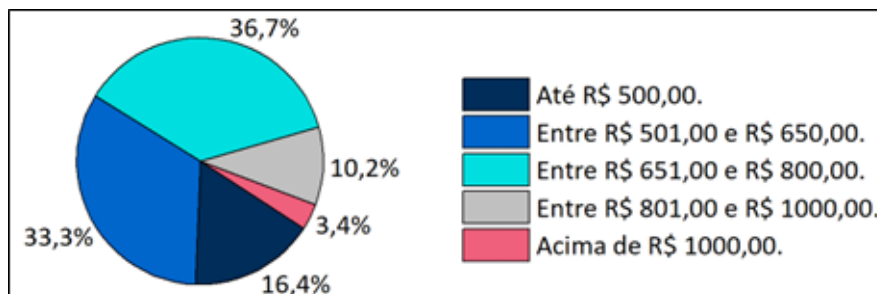
Figura 5 – Respostas referentes à pergunta “Qual a porcentagem do salário que você acredita que PODE ser gasta com despesas fixas (aluguel, condomínio, água, energia elétrica, alimentação, educação e saúde) segundo recomendações?”



Fonte: Elaboração das autoras (2024).

A Figura 6 apresenta os dados da pesquisa referentes à questão envolvendo o valor da cesta básica. A cesta básica de alimentos de Porto Alegre, em 2023, custava R\$ 766,53, logo, quase 40% dos participantes respondeu corretamente. Todavia, quase 50% dos estudantes respondeu que estaria abaixo de R\$ 650,00, dentre eles, 45% já estando no 3º ano. Reconhecendo que o valor do salário mínimo “deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência”, o DIEESE afirma que, com o valor líquido dessa renda (após o desconto referente à Previdência Social), 50% já é comprometido com produtos alimentícios básicos (DIEESE, 2024a, p. 1).

Figura 6 – Respostas referentes à pergunta “Em 2023, o salário mínimo subiu para R\$ 1.320,00. Nesse mesmo ano, a cesta básica de alimentos, de Porto Alegre, foi considerada a mais cara do país. Qual você acredita que era o valor médio da cesta básica em Porto Alegre?”



Fonte: Elaboração das autoras (2024).

Dessa forma, uma vez apresentado o valor do salário mínimo atual e suposto o custo médio de despesas fixas, a pergunta seguinte do questionário pediu que os estudantes, mediante uma reflexão, concluíssem se, com um salário mínimo ainda é possível poupar no final do mês. Talvez devido à abrangência da questão, que não impôs um número de indivíduos dependentes dessa quantia, 11% dos estudantes responderam “Sim”, 60% responderam “Talvez”, e apenas 29% responderam “Não”. Todavia, considerando todos os gastos que o salário mínimo deve suprir, seria importante que todos os estudantes tivessem reconhecido que o salário mínimo não é suficiente, nem para o lazer, quanto mais para poupar. Segundo dados publicados no Correio Braziliense (Strickland, 2024), na seção Economia, em janeiro de 2024, somente 3 em cada 10 brasileiros conseguiram guardar dinheiro em 2023 para auxiliar nos gastos de início de ano. Na pesquisa da Mindminers (Lima, 2024), que entrevistou 500 pessoas pertencentes às classes ABC (renda familiar acima de 4 salários mínimos), apenas 26% dos entrevistados afirmaram que o salário cobre seus gastos com tranquilidade,

enquanto 20% alegaram que cobre apenas as contas básicas. Assim, evidencia-se uma parcela de participantes que ignora o poder de compra do salário mínimo.

Adentrando a Seção 4, a qual aborda questões de inadimplência, menos de 10% dos estudantes reconheceram o desemprego como o principal motivo da inadimplência. As principais respostas foram representadas pelas “compras compulsivas” e pelo “mal uso do cartão de crédito”. Todavia, o elevado número de inadimplentes, atualmente, tem sido consequência do desemprego, o qual agravou no período pós-pandemia (Silva; Monteiro, 2023).

De fato, o cartão de crédito é entendido como o principal vilão da inadimplência no Brasil (Serasa, 2023), o que foi respondido por quase 50% dos estudantes. Em relação ao ano escolar, quase 70% dos estudantes do 3º ano selecionaram cartão de crédito. Todavia, é preocupante que metade dos estudantes não reconheçam, de imediato, os perigos do uso indiscriminado do cartão de crédito. A falta de entendimento sobre as taxas de juros, os custos de atraso e o impacto no orçamento pessoal podem levar a um ciclo de endividamento difícil de reverter. Empréstimos e financiamentos também devem ser realizados de forma consciente e responsável, porém, não devem ser entendidos como opções negativas, pois fazem parte da vida moderna e são ferramentas úteis para alcançar objetivos importantes, como comprar uma casa, um carro ou investir em educação (Silva; Monteiro, 2023).

Quanto à faixa etária do maior número de inadimplentes, 75,1% responderam acreditar pertencer a indivíduos entre 26 e 40 anos, o que está correto. Entretanto, estudos indicam que o número de inadimplentes nessa faixa etária é equivalente aos na faixa etária entre 41 e 60 anos, pois ambas as faixas representam, aproximadamente, 35% dos inadimplentes no Brasil (Serasa, 2023).

Por fim, quanto ao significado de “estourar o limite do cartão”, 71,2% dos participantes respondeu corretamente (2ª alternativa), indicando que isso significa que o consumidor atingiu o limite máximo de crédito disponível e não poderá mais usar o cartão até que o saldo seja restabelecido no próximo ciclo de faturamento. Entretanto, mais de 20% respondeu que significava que o consumidor não possui mais dinheiro na conta, o que indica falta de compreensão quanto ao funcionamento de um cartão de crédito, uma vez que o limite do cartão de crédito não está diretamente relacionado ao saldo bancário do cliente.

Na Seção 5, os estudantes foram convidados a compartilhar se já haviam tido algum contato com o tema Educação Financeira antes e 13% respondeu que o questionário teria sido o primeiro contato com o tema. Quanto aos demais, permitida a seleção de mais de uma opção, 56% responderam ter estudado o tema na escola, enquanto 38% e 12% responderam ter conhecimentos mediados pelos pais ou pela busca independente online, respectivamente. Esses dados evidenciam que a escola ainda necessita de atividades voltadas ao desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes no contexto da Educação Financeira, abordando temas relevantes como juros, investimentos e poder de compra. A falta de programas educativos voltados para essa área resulta em jovens que, ao entrar na vida adulta, estão despreparados para gerenciar suas finanças pessoais de forma eficaz. Investir em uma educação financeira desde cedo é fundamental para capacitar os estudantes a to-

marem decisões conscientes sobre o uso de dinheiro e promover hábitos financeiros saudáveis que terão impacto positivo ao longo de suas vidas (Cunha, 2020; OECD, 2005).

Quanto à dificuldade das questões, 51% responderam “mais ou menos”, enquanto 47% alegou facilidade. De todo modo, 80% responderam que teriam interesse de que o tema fosse mais abordado e/ou aprofundado na escola. No final, os estudantes foram convidados a relatar se adquiriram novos conhecimentos. Do total, 5% deixou a resposta “em branco”, enquanto 33% respondeu não ter aprendido nada novo com o questionário, apesar do elevado número de respostas incorretas. Quanto aos demais, os retornos foram bastante positivos. Muitos relataram ter aprendido sobre a inadimplência, a representatividade do salário mínimo e os riscos do uso imprudente do cartão de crédito.

Quanto às reflexões, mais de 93% expuseram que o questionário levou-os a indagar sobre seu presente e futuro financeiro e evidenciou-se que muitos reconheceram sua falta de conhecimento a respeito do tema, e passaram a questionar quanto ao seu futuro e as dificuldades que poderão enfrentar.

Em resumo, com base nas respostas e análises realizadas, fica evidente a relativa carência de conhecimentos e compreensões de conceitos e aplicações essenciais em vários aspectos fundamentais da Educação Financeira. Os resultados deste estudo indicam que há áreas de fundamental importância que precisam ser abordadas na formação na Educação Básica. Isso sugere que, apesar dos esforços já empreendidos para incluir a Educação Financeira no currículo escolar, ainda há uma necessidade de aprofundar o ensino de temas como planejamento financeiro, consumo consciente, poupança e investimentos.

O trabalho também destaca que a ausência de tais entendimentos pode comprometer a capacidade dos estudantes em suas presentes, ou futuras, tomadas de decisões financeiras, impactando na sua vida adulta. Assim, torna-se imprescindível que as iniciativas de ensino de Educação Financeira avancem e tenham maior incentivo, não apenas governamental, mas também social, afinal, engloba a reflexão crítica no cotidiano.

Enfim, reforça-se a importância de integrar, de forma mais robusta, e contextualizada a Educação Financeira de modo a fornecer uma base sólida que permita aos estudantes o desenvolvimento de habilidades financeiras essenciais desde cedo, capacitando-os para enfrentar os desafios econômicos futuros com maior confiança e responsabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho, verificou-se que, apesar da inclusão da Educação Financeira na BNCC em 2018, estudantes dos anos finais da educação básica carecem de compreensão quanto ao tema. O tema ainda não é, ou é pouco explorado em sala de aula e as famílias também não abordam o tema. Como consequência, os estudantes ignoram abordagens corriqueiras sobre finanças. Dessa forma, eles conhecem pouco sobre os gastos em despesas fixas para o sustento de uma família e a maioria ignora o poder de compra de um salário mínimo.

Tais fatos impactam diretamente no drástico cenário de inadimplência nacional atual, pois deve-se reconhecer que os estudantes participantes já estão, ou em breve estarão,

imersos integralmente na economia de mercado, em uma sociedade capitalista, muitas vezes regida por hábitos consumistas. Sem uma compreensão adequada sobre gestão financeira, poupança e planejamento de despesas, esses jovens tendem a repetir padrões de consumo imprudentes.

Com o preenchimento do questionário pelos estudantes, espera-se que eles tenham sido levados a uma autorreflexão crítica sobre sua própria relação com o dinheiro e suas práticas financeiras cotidianas. Dessa reflexão, faz-se importante que eles tenham se sentido motivados a buscar novos conhecimentos e habilidades relacionados à Educação Financeira, de forma a ampliar sua compreensão sobre conceitos fundamentais.

Ao adquirir uma visão mais clara e informada sobre o gerenciamento de finanças pessoais, os estudantes estarão mais preparados para tomar decisões financeiras responsáveis e inteligentes, de modo a impactar positivamente suas vidas no futuro imediato. Essa conscientização irá contribuir para melhorar as previsões sobre o comportamento financeiro desses jovens, permitindo que desenvolvam hábitos saudáveis de gestão de recursos e estejam mais aptos a evitar situações de inadimplência. Assim, espera-se que esse trabalho não beneficie apenas os indivíduos envolvidos, mas também promova uma geração mais educada financeiramente e consciente, impactando positivamente na sociedade.

REFERÊNCIAS

BCB. Departamento de Educação Financeira. **Brasil: Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Versão em português do capítulo “Brazil: Implementing the National Strategy”, que faz parte do estudo “Advancing National Strategies for Financial Education”, publicado em conjunto pela Presidência Russa do G20 e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Banco Central do Brasil, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. Acesso em: 8 jun. 2024.

BRASIL DE FATO. **Porto Alegre fecha 2023 com a cesta básica mais cara do país, aponta DIEESE**. 9 jan. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/09/porto-alegre-fecha-2023-com-a-cesta-basica-mais-cara-do-pais-aponta-dieese>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 7 jun. 2024.

CNDL BRASIL. **Inadimplência cresce e atinge 68,76 milhões de consumidores, aponta CNDL/SPC Brasil**. Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, 15 abr. 2024. Disponível em: <https://site.cndl.org.br/inadimplencia-cresce-e-atinge-6876-milhoes-de-consumidores-aponta-cndlspc-brasil>. Acesso em: 10 maio 2024.

CNN BRASIL. **Salário mínimo ideal para uma família deveria ser R\$ 6.388,55, calcula DIEESE**. Redação O Estado de São Paulo, 11 ago. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/salario-minimo-ideal-para-uma-familia-deveria-ser-r-6-38855-calcula-dieese>. Acesso em: 30 mar. 2024.

CUNHA, Márcia Pereira. O mercado financeiro chega à sala de aula: Educação Financeira como política pública no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, p. 1-14, 2020. <https://doi.org/10.1590/ES.218463>.

DIEESE. **Pelo segundo mês consecutivo, custo da cesta básica diminui em todas as cidades**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2024a. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2024/202408cestabasica.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.

DIEESE. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos**: Salário mínimo nominal e necessário. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2024b. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 8 jun. 2024.

FROZZA, Mateus Sangoi. **Educação Financeira no Ensino Médio**: Contribuições de uma Experiência Formativa. Orientador: Marcos Alexandre Alves. Coorientador: Leonardo Dalla Porta. 2023. 168 f. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Franciscana, Santa Maria, 2023. Disponível em: <http://www.tede.universidadefranciscana.edu.br:8080/handle/UFN-BDTD/1179>. Acesso em: 8 jun. 2024.

IBGE. **Censo 2022**: Taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem. Agência IBGE Notícias, 17 maio 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem>. Acesso em: 8 jun. 2024.

LIMA, Sabrina. **O impacto da vida financeira dos brasileiros no consumo**. Mindminers, 17 out. 2024. Disponível em: <https://mindminers.com/blog/o-impacto-da-vida-financeira-dos-brasileiros-no-consumo-2/>. Acesso em: 18 out. 2024.

L'OFFICIEL HOMMES BRASIL. **Salário mínimo**: quais os valores ao redor do mundo? L'Officiel Hommes Brasil, 28 out. 2023. Disponível em: <https://www.revistalofficiel.com.br/hommes/salario-minimo-quais-os-valores-ao-redor-do-mundo>. Acesso em: 1 maio 2024.

MARCARINI, Veronica Borsonelli. **Uma proposta de Educação Financeira no Ensino Médio**: Significados produzidos por estudantes de uma escola da rede estadual de ensino do Espírito Santo. Orientador: Rodolfo Chaves. 2021. 166 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/1535>. Acesso em: 8 jun. 2024.

MONTEIRO, Edimarcio A. **11% das pessoas gastam 40% da renda com serviços básicos**. Correio Popular, 18 jun. 2024. Disponível em: <https://correio.rac.com.br/campinasermc/11-das-pessoas-gastam-40-da-renda-com-servicos-basicos-1.1526696>. Acesso em: 18 out. 2024.

MORAES, Aline Reissuy de. **Educação Financeira no Ensino Médio**: uma proposta para as aulas de Matemática. Orientador: Luiz Henrique Ferraz Pereira. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade de Passo Fundo, Passo

Fundo, 2019. Disponível em: <http://tede.upf.br:8080/jspui/handle/tede/1837>. Acesso em: 8 jun. 2024.

OECD. **Adult education level (indicator)**. Organisation for Economic Co-operation and Development, 2024a. <https://doi.org/10.1787/36bce3fe-en>.

OECD. **Education at a Glance 2023: OECD Indicators**. Paris: OECD Publishing, 2023. <https://doi.org/10.1787/e13bef63-en>.

OECD. **OECD International Network on Financial Education – OECD/INFE**. 16 jan. 2024b. Disponível em: <https://www.oecd.org/financial/education/oecd-international-network-on-financial-education.htm>. Acesso em: 6 mar. 2024.

OECD. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness. Directorate for Financial and Enterprise Affairs**, p. 1-7, jul. 2005. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0338>. Acesso em: 7 jun. 2024.

ROCHA, Eliane Denes. **Educação Financeira para Alunos do Ensino Médio: Abordagem Investigativa sobre Aprendizado em Aulas de Matemática**. Orientador: Hélio Rosetti Junior. 2021. 123 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/1440>. Acesso em: 8 jun. 2024.

SANTANA, Michela Rodrigues de Souza Monteiro; VIEIRA, Edite Resende. Educação Financeira Escolar: reflexões para tomada de decisões diante de experiências financeiras. **REMATEC**, Belém, v. 18, n. 43, p. e2023007, 2023. <http://doi.org/10.37084/REMATEC.1980-3141.2023.n43.pe2023007.id444>.

SCHNEIDER, Tcharles. **Educação Financeira: Investigação com uma Turma de 1º Ano do Ensino Médio por meio de Práticas Colaborativas**. Orientadora: Miriam Ines Marchi. 2019. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Exatas) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/2624>. Acesso em: 8 jun. 2024.

SERASA. **Mapa da Inadimplência e Negociação de Dívidas no Brasil**. Serasa, dez. 2023. Disponível em: <https://cdn.builder.io/o/assets%2Fb212bb18f00a40869a6cd42f77cbeefc%2Fc0dcf4adf18a48ca815222ba45c418fc?alt=media&token=7b530584-d6b6-4f84-8ce1-53b8ead5b86f&apiKey=b212bb18f00a40869a6cd42f77cbeefc>. Acesso em: 18 mar. 2024.

SERASA. **Método 50-30-20: o que é e como utilizar para organizar as contas**. Serasa, 3 jun. 2024. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/score/blog/metodo-50-30-20-como-utilizar>. Acesso em: 30 mar. 2024.

SILVA, Bruno Araujo Bispo da; MONTEIRO, Jamir Mendes. **Educação Financeira: Um estudo sobre a sua importância na gestão pessoal**. Research, Society and Development, Vargem Grande Paulista, v. 12, n. 6, p. e16212642125, 2023. <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i6.42125>.

SILVA, Luciene dos Santos. **Educação financeira e educação socioemocional integradas no processo de ensino e aprendizagem no Ensino Médio**. Orientadora: Diva Valério Novaes. 2021. 188 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática)

– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifsp.edu.br/server/api/core/bitstreams/a6cff233-7db7-4041-b3f9-f3ac9f420ec7/content>. Acesso em: 7 jun. 2024.

SOARES, Guilherme Araújo; DOLZANE, Marialone Feitosa. Uma Sequência Didática de Educação Financeira sobre Consumo na perspectiva da Educação Matemática Crítica. **REMATEC**, Belém, v. 19, n. 47, p. e2024004, 2024. <http://doi.org/10.37084/REMATEC.1980-3141.2024.n47.e2024004.id535>.

STRICKLAND, Fernanda. **Somente 3 em cada 10 brasileiros juntaram dinheiro em 2023, aponta pesquisa**. Correio Braziliense, 11 jan. 2024. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/01/6784684-somente-3-em-cada-10-brasileiros-juntaram-dinheiro-em-2023-aponta-pesquisa.html#google_vignette. Acesso em: 18 out. 2024.

VANDERLEY, Matheus Silva; SILVA, Jean Gomes dos Santos; SISSI, Severina Alves de Almeida. Educação Financeira na Infância e Adolescência e seus Reflexos na Vida Adulta: uma Revisão de Literatura. **JNT: Facit Business and Technology Journal**, Araguaína, v. 1, n. 20, p. 149-166, 2020. Disponível em: <https://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/825>. Acesso em: 8 jun. 2024.

Histórico

Recebido: 04 de maio de 2025.

Aceito: 14 de novembro de 2025.

Publicado: 17 de dezembro de 2025.

Como citar – ABNT

SCHIO, Aline Lucchesi; ANDREIS, Greice da Silva Lorenzetti. Educação Financeira e sua possível relação com a inadimplência nacional. **Revista de Matemática, Ensino e Cultura – REMATEC**, Belém/PA, n. 53, e2025023, 2025. <https://doi.org/10.37084/REMATEC.1980-3141.2025.n53.e20232025.id754>

Como citar – APA

Schio, A. L., & Andreis, G. da S. L. (2025). Educação Financeira e sua possível relação com a inadimplência nacional. **Revista de Matemática, Ensino e Cultura – REMATEC**, (53), e2025023. <https://doi.org/10.37084/REMATEC.1980-3141.2025.n53.e20232025.id754>